



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**E D I T A L**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020	Data de Abertura: 09/10/2020 às 9:00 no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br
-------------------------------------	--

Objeto			
Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Sistema de Climatização e Ventilação VRF (Variable Refrigerant Flow), de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e outros serviços relacionados à manutenção de aparelhos de refrigeração instalados no edifício do Coren-SP Educação, com fornecimento de peças e mão de obra.			
Tipo da licitação		Modo de Disputa	
Menor preço		Aberto	
Valores máximos aceitáveis			
R\$ 106.309,96 – conforme tabela contida no item 1.2 do Anexo I – Termo de Referência			
Registro de Preços	Vistoria	Amostra	Instrumento Contratual
NÃO	FACULTATIVA conforme Item 6 do Termo de Referência	NÃO	Termo de Contrato

Exigências específicas para habilitação (Veja Cláusula 8.13.12)
- Certidão de Registro de Empresa expedida pelo CREA constando objetivo social compatível com o objeto desta licitação (Cláusula 8.13.12 do Edital).
- Para a contratação observar os documentos exigidos no Item 5 e subitens do Anexo I .

Licitação Exclusiva ME/EPP	Reserva de Cota ME/EPP
NÃO	NÃO

Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações
Até 06/10/2020

Endereço da Sede do Coren-SP	e-mail para comunicação	Telefone
Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01331-000 – 3º andar	pregao@coren-sp.gov.br	(11) 3225-6333

Observações gerais



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ATENÇÃO: Item 19 do Grupo Único – o preço desse item corresponde à reserva de valor para compra de peças, relativa ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o preço total dos demais itens, conforme explicitado na cláusula 2.2.4.1 do Anexo I – Termo de Referência. **Os lances para esse item deverão acompanhar essa proporção.**

- Os serviços serão prestados na unidade do Coren-SP Educação.
- A realização do PMOC está inserida nos custos da manutenção preventiva.
- A prestação dos serviços de manutenção corretiva, instalação e remoção será realizada sob demanda; os quantitativos são estimados e foram dimensionados conforme histórico de manutenções anteriores.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020

Processo Administrativo nº 2264/2019

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo usando a competência delegada na Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, doravante denominado Coren-SP, por intermédio de seu Presidente em Exercício e da Comissão Permanente de Licitação, ao final subscritos, levam a conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 10.520/2002**, do **Decreto nº 10.024/2019**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis do objeto deste Certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 09 DE OUTUBRO DE 2020

HORÁRIO: 9H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 389343

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de Sistema de Climatização e Ventilação VRF (Variable Refrigerant Flow), de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e outros serviços relacionados à manutenção de aparelhos de refrigeração instalados no edifício do Coren-SP Educação, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre os objetos aqui relacionados e o lançado junto ao sítio eletrônico Compras Governamentais, prevalecerá o descritivo do Edital.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 20 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, sendo que os valores totais individuais de cada item não poderão estar acima dos menores lances ofertados pelo licitante, respeitando os valores máximos aceitáveis, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. É responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

2.5. É responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MO nº 3/2018.

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites da Lei Complementar nº 123/2006.

3.4. Será vedada a participação dos interessados:

3.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.4.5. Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o art. 58 da Lei 11.101/2005.

3.4.6. Entidades empresariais reunidas em consórcio;

3.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.4.8. Instituições sem fins lucrativos (art. 12, § único da IN SEGES/MP nº 05/2017);

3.4.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços ora licitados se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017 – TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e respectivos atos constitutivos.

3.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.5.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.6. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a)** Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b)** De autoridade hierarquicamente superior no âmbito da entidade Contratante.

3.6.1. Para o disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

3.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

3.8. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e assistência à fiscalização.

3.9. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.2. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.3. Nos itens de participação não exclusiva, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

3.9.4. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.9.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.7. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

3.9.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.9.9. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.3.1. O não envio de quaisquer dos documentos de habilitação não constantes no SICAF, na forma disposta no art. 26 do Decreto 10.024/2019, implicará em recusa da proposta após a etapa dos lances.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se as informações necessárias à sua perfeita identificação.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

5.3.1. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital no sítio eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não sejam compatíveis com o descritivo do objeto deste Edital ou que contenham vícios insanáveis.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances; e disponibilizará campo próprio para mensagens do Pregoeiro aos licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item;

6.4.2. **Item 19 do Grupo Único** – o preço desse item corresponde à reserva de valor para compra de peças, relativa ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o preço total dos demais itens, conforme explicitado na cláusula 2.2.4.1 do Anexo I – Termo de Referência. **Os lances para esse item deverão acompanhar essa proporção.**

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,2% (dois décimos por cento).

6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. Constatada eventual incorreção na digitação de um lance, terá o Pregoeiro a prerrogativa de excluí-lo, sendo concedida ao Licitante nova oportunidade de apresentação de lances com valores corrigidos ou até mesmo repetindo aquele valor tido inicialmente como incorreto, ratificando-o.

6.16.1. Após início do período de encerramento aleatório o pregoeiro não excluirá qualquer lance.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes nessas condições que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.26.1.1. Prestados por empresas brasileiras;

6.26.1.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.26.1.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. O Modelo de Proposta em arquivo editável está disponível junto ao edital no endereço www.coren-sp.gov.br, onde devem ser preenchidos todos os campos.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor final superior ao preço máximo fixado e/ou que contenha vício insanável ou ilegalidade.

7.4. Havendo indícios de inexecutabilidade, inclusive nos casos elencados nos subitens abaixo, o pregoeiro poderá exigir do licitante a comprovação da executabilidade da oferta por meio de planilhas de custos e outros demonstrativos que evidenciem que existem condições materiais para que a proposta seja executada.

7.4.1. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

7.4.2. Considera-se inexequível, conforme inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/1993, a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

7.4.3. A realização de diligências será obrigatória quando o preço final for inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.9. Será desclassificada, ainda, a proposta que não for corrigida ou que não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

7.10. O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Coren-SP ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, bem como recorrer à jurisprudência ou doutrina para orientar sua decisão.

7.11. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação, devendo o licitante adequá-la após solicitação, pelo Pregoeiro.

7.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.15.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.15.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16. Nos itens/grupos não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará a existência de fatores que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta ao SICAF; ao cadastro de empresas sancionadas no site do Coren-SP; e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, através do endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, com as seguintes abrangências:

8.1.1. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) do CNJ;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e

8.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica.

8.2.1. Sendo constatada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção impeditiva ao prosseguimento, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada:

8.5.1. Por meio de consulta ao cadastro ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da Instrução Normativa MPDG nº 03/2018, onde serão averiguadas a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista; da qualificação econômico-financeira; da capacidade técnica e da habilitação jurídica.

8.5.1.1. O interessado deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para abertura das propostas.

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas em virtude de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do Código Tributário Nacional.

8.9. Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

8.10. Habilitação jurídica:

8.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.10.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.10.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.10.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.10.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.10.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.

8.10.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11. Regularidades fiscal e trabalhista:

8.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.11.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.11.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.11.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12. Qualificação Econômico-Financeira:

8.12.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da sessão do Pregão, quando dela não constar validade.

8.12.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.12.2.1. Para empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

do balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.12.2.2. Admite-se o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato / estatuto social;

8.12.2.3. Em caso de cooperativa, deverá apresentar também a última auditoria contábil-financeira conforme art. 112 da Lei 5.764/1991, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.12.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

8.12.3.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1(um) em qualquer dos índices acima deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total aceitável da contratação ou do grupo pertinente.

8.13. Qualificação Técnica:

8.13.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e nos termos do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

8.13.1.1. O(s) atestado(s) acima deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária no contrato social vigente.

8.13.1.2. Por compatível entenda-se a parcela principal do objeto da contratação, isto é, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo split (piso-teto, high wall e cassete).

8.13.1.3. Serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado com prazo inferior.

8.13.1.4. A experiência de 3 (três) anos poderá ser comprovada por atestados de períodos diferentes, sem obrigatoriedade de serem os três anos ininterruptos.

8.13.1.5. Deverá ser comprovado o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo ao quantitativo ora licitado, podendo ser aceito, neste caso, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.13.2. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, devendo constar objetivo social compatível com o objeto da licitação.

8.14. Documentação complementar:

8.14.1. Atestado de Vistoria conforme Anexo VI deste Edital, assinado pelo representante do



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Coren-SP responsável pelo acompanhamento da visita técnica realizada pela Licitante.

8.14.2. O Atestado de Vistoria **PODERÁ SER SUBSTITUÍDO** pela **Declaração de Conhecimento das Condições para Execução do Objeto**, conforme Anexo VII do Edital.

8.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda usufruir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na LC 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.22. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; caso seja filial, os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.23. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos relativos ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

vencedor.

9. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da ME ou EPP, se for o caso, o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso em campo próprio no sistema, de forma motivada, ou seja, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

9.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2. O Pregoeiro, neste momento, não adentrará no mérito recursal; apenas fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente, em campo próprio do sistema.

9.3. Sendo admitido o recurso, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. O prazo para resposta será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do final do prazo para contrarrazões.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail.

10.2.2. A convocação feita por e-mail será de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus cadastros atualizados.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.1.1. A adjudicação será realizada por **grupo**.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1. Homologado o certame, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Coren-SP para assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, no mesmo prazo acima, contado da data de seu recebimento.

12.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.2.3. O Termo de Contrato deverá ser assinado em 2 (duas) vias, sendo uma delas com reconhecimento em cartório da firma do responsável pela assinatura; e entregues na Sede do Coren-SP ou enviadas por meios que se possa confirmar o recebimento, A/C Setor de Cotação e Contratação – SCC. Para assinatura na presença de funcionário habilitado do Coren-SP, não há necessidade do reconhecimento da firma.

12.3. A apresentação do comprovante de prestação da garantia deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da entrega da via do Termo de Contrato assinada, no valor e nas condições descritas em sua Minuta.

12.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do Coren-SP, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

12.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o adjudicatário deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou do aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou ao aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, respectivamente, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida prestação da garantia conforme regras constantes no Termo de Referência.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto 10.024/2019, o licitante ou adjudicatário que:

14.1.1. Não assinar o Termo de Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

14.1.2. Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;

14.1.3. Apresentar documentação falsa;

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

14.1.5. Não manter a proposta;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

14.2. Consideram-se inidôneos, mas não somente estes, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.3. Havendo cometimento das infrações descritas nos subitens anteriores, o licitante ou adjudicatário ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

14.3.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante, a qual poderá ser cumulada com as demais sanções aqui descritas;

14.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Coren-SP, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

14.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União, e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, de quaisquer dos entes federados, enquanto perdurarem os motivos determinantes



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando houver ressarcimento pelos prejuízos causados e passados 2 (dois) anos.

14.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013, a autoridade competente deverá ser notificada, mediante despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.4.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos de apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração, os quais seguirão seu curso regular.

14.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Coren-SP poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, de acordo com o art. 86, §3 da Lei 8.666/1993.

14.6. Para aplicação de quaisquer penalidades será aberto processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, conforme procedimento previsto na Lei 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999.

14.7. Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. Eventuais faltas cometidas no âmbito da execução contratual, e as respectivas sanções, estão descritas no Termo de Referência e no Termo Contrato.

15. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO COREN-SP

15.1. Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, inclusive adjudicar o objeto deste Pregão, exceto quando houver recurso.

15.2. À Autoridade Competente do Coren-SP cabe:

15.2.1. Adjudicar o objeto deste Pregão à Licitante vencedora se houver a interposição de recurso;

15.2.2. Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

15.2.3. Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

15.2.4. Revogar este Pregão se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

16.1. Os pedidos de esclarecimentos sobre este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por e-mail.

16.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

16.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital. Qualquer impugnação deverá ser enviada até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, considerando o horário de expediente do Coren-SP das 8h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira em dias úteis, sendo admitida petição recebida por e-mail.

16.3. Caberá ao Pregoeiro, conforme o caso, requerer auxílio da área demandante do objeto, do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, da assessoria jurídica ou junto a outras áreas, podendo ainda promover quaisquer diligências que julgar necessárias e, então, manifestar-se sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

16.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização da sessão pública, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.5. Todos os pedidos de esclarecimentos assim como as impugnações enviadas por e-mail deverão conter no campo “assunto” e no descritivo a identificação do referido certame (ex: “Pedido de esclarecimentos sobre o Pregão Eletrônico nº XX/202X”).

16.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhadas nos autos do processo, bem como disponibilizadas nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.coren-sp.gov.br para conhecimento das Licitantes e da sociedade em geral, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-los para obtenção das informações prestadas.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

17.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer atos praticados naquele ambiente.

17.3. O licitante assumirá, ainda, todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas, não cabendo tal ônus ao Coren-SP, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

17.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º (primeiro) dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no Coren-SP.

17.7. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial da União – DOU e no endereço eletrônico www.coren-sp.gov.br.

17.8. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente por disposição legal o foro da Seção Judiciária de São Paulo.

17.9. Integram o presente Edital:

17.9.1. Anexo I – Termo de Referência;

17.9.2. Anexo II – Especificações Técnicas;

17.9.3. Anexo III – Modelos de Ordens de Serviços e Relatórios Técnicos;

17.9.4. Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultados – IMR;

17.9.5. Anexo V – Modelo de Proposta Comercial;

17.9.6. Anexo VI – Atestado de Vistoria;

17.9.7. Anexo VII – Declaração de Conhecimento das Condições para Execução do Objeto;

17.9.8. Anexo VIII – Minuta de Termo de Contrato de Prestação de Serviços.

São Paulo, 25 de Setembro de 2020.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP

Cláudio Luiz da Silveira – Presidente em exercício

Elaborado pela Comissão Permanente de Licitação



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA¹****PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020 Processo Administrativo nº 2264/2019****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de Sistema de Climatização e Ventilação VRF (*Variable Refrigerant Flow*), de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e outros serviços relacionados à manutenção de aparelhos de refrigeração instalados no edifício do Coren-SP Educação, com fornecimento de peças e mão de obra conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O detalhamento completo do objeto e complementado pelos Anexos: II – Especificações Técnicas, III – Modelos de Ordens de Serviços e Relatórios Técnicos e IV – Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0071H, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,2Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	9	108	R\$68,95	R\$620,55	R\$7.446,60
2	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP00914, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,8Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12	R\$77,57	R\$77,57	R\$930,84
3	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0091H, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,8Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	14	168	R\$77,57	R\$1.085,98	R\$13.031,76

¹ Adaptado do modelo de Termo de Referência para contratação de serviços continuados sem mão de obra exclusiva da AGU (versão fev/2020), disponível em: <https://www.agu.gov.br/page/download/index/id/38509293>. Acesso em 12/03/2020.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
4	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0091H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,8Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12	R\$81,94	R\$81,94	R\$983,28
5	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0181H, tipo: Hiwall, capacidade nominal de 5,6Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12	R\$93,22	R\$93,22	R\$1.118,64
6	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0121H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,6Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	3	36	R\$81,07	R\$243,21	R\$2.918,52
7	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0121MH, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,6Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	6	72	R\$81,40	R\$488,40	R\$5.860,80
8	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0241H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 7,1Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	9	108	R\$103,05	R\$927,45	R\$11.129,40
9	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0301H, tipo:	3492	Serviço	2	24	R\$105,45	R\$210,90	R\$2.530,80





FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
	Cassete, capacidade nominal de 9Kw - Periodicidade Mensal							
10	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0481H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 14Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	8	96	R\$127,31	R\$1.018,48	R\$12.221,76
11	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0561H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 16Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12	R\$136,05	R\$136,05	R\$1.632,60
12	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Condensadora - 2, Marca: Toshiba, modelo: MMY 1001HT7 - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	3	36	R\$227,11	R\$681,33	R\$8.175,96
13	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Condensadora - 1, Marca: Toshiba, modelo: MMY 1201HT7 - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	4	48	R\$227,11	R\$908,44	R\$10.901,28
14	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de aparelho de Ar Condicionado Split 18000 BTUs (evaporadora e condensadora) Marca: Carrier, modelo: 38KCA018515MC - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12	R\$99,17	R\$99,17	R\$1.190,04





FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
15	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de aparelho de Ar Condicionado Split 24000 BTUs , Marca: Carrier, modelo: 42LUCA0022515LC, tipo: Hiwall, capacidade nominal de 24000kw e Unidade Condensadora Split 22000, Marca: Carrier, modelo: 38KCA022515MC - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12	R\$99,17	R\$99,17	R\$1.190,04
16	Manutenção caixa de ventilação de ar externo - Periodicidade Trimestral	3492	Serviço	8	32	R\$155,00	R\$1.240,00	R\$4.960,00
17	Instalação de aparelho de ar condicionado, tipo Split/VRF (qualquer quantidade de BTUs) com fornecimento de peças e mão de obra - Serviço sob demanda	2020	Serviço	3	3	R\$567,83	R\$1.703,49	R\$1.703,49
18	Desinstalação de aparelho de ar condicionado, tipo split/VRF, independentemente da quantidade de BTU's, com fornecimento de todos materiais e mão de obra - Serviço sob demanda	2020	Serviço	3	3	R\$221,94	R\$665,82	R\$665,82
19	Fornecimento de peças, partes, suprimentos e outros custos - Sob demanda - Reserva de 20% do total anual dos itens 1 a 18	3492	-					R\$17.718,33
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO: R\$ 106.309,96 (cento e seis mil trezentos e nove reais e noventa e seis centavos)								

1.3. A licitação tem a natureza de serviço comum de **manutenção de sistemas de refrigeração e climatização**.

1.4. Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666 de 1993.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

2.1.1. A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de refrigeração em caráter continuado é necessária para garantir condições de salubridade nos ambientes internos do Coren-SP, prevenindo avarias em equipamentos eletrônicos, bem como atender às diretrizes contidas no art. 4º do Decreto Federal 7.746/2012, na portaria nº 3.523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, bem como à Lei Federal 13.589/2018.

2.1.2. Entende-se que a eventual interrupção no funcionamento dos aparelhos de ar condicionado pode causar danos à continuidade das atividades da administração e eventos realizados na unidade, bem como aos equipamentos existentes na unidade (simuladores).

2.1.3. Cabe ressaltar que a contratação visa atender ao exigido na Lei 13.589/2018, quanto à obrigatoriedade de dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle dos Sistemas de Climatização em edifícios de uso público e coletivo, que possuem ambientes de ar interior climatizados artificialmente, visando a eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

2.1.4. Em face de inexistência, dentro da estrutura de cargos do Coren/SP, empregados com a formação técnica para desempenhar as atividades vinculadas a esta contratação, considerando, também, que as atividades não constituem objeto da Autarquia, alternativa da contratação de prestador se traduz em melhor opção em termos técnicos, bem como de gastos e tributos sociais com pessoal.

2.1.5. As especificações da execução dos serviços descritas neste termo são os mínimos necessários para assegurar um serviço de qualidade, no que se refere à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de refrigeração das unidades do Coren/SP.

2.1.6. Os itens instalação e desinstalação visam atender a eventuais necessidades de substituição de aparelhos dados como irrecuperáveis durante toda a execução contratual, bem como para instalação de equipamentos novos, quando identificada a demanda.

2.2. Dos critérios para dimensionamento do objeto

2.2.1. Os modelos, quantidades e respectivas capacidades de refrigeração dos aparelhos de refrigeração listados correspondem àqueles atualmente em uso nas unidades do Coren-SP, conforme levantamento realizado junto à própria unidade.

2.2.2. Os quantitativos das visitas de manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado, a ser definido nos Planos de Manutenção, Operação e Controle elaborados pela Contratada foram calculados de acordo com o quadro de periodicidade mínimo de manutenção de componentes discriminado na Resolução nº 09/2003 da Anvisa, qual seja, ao menos uma manutenção preventiva mensal por equipamento em utilização.

2.2.3. Em virtude do Coren-SP não dispor de corpo técnico qualificado para estimar o consumo de peças, como medida cautelar esta projeção foi estabelecida em comparação com outras contratações da Administração para o mesmo objeto, tal como o Pregão nº 09/2019 realizado pelo Ministério Público do Trabalho – 5ª Região, Salvador/BA.

2.2.4. Portanto, para o fornecimento de peças necessárias à manutenção corretiva, serão utilizados os seguintes critérios:

2.2.4.1. Definida a utilização de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

conformidade com a possibilidade de reserva de até 40% (quarenta por cento) tratada no Acórdão 1.989/2008 – Plenário – TCU, para utilização na aquisição de peças a serem utilizadas na manutenção corretiva.

2.3. Do fracionamento do objeto

2.3.1. Considerando a responsabilidade total da Contratada sobre a manutenção preventiva e corretiva do conjunto de equipamentos que compõem o sistema de refrigeração e ventilação do edifício do Coren-SP Educação, em atendimento aos requisitos legais aplicados ao objeto em questão, especialmente a Lei Federal nº 13.589/2018, entendeu-se tecnicamente recomendável que todos os serviços atinentes ao sistema em questão sejam atribuídos à Contratada, inclusive instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado do tipo *split* que venham a ser agregados / substituídos no conjunto VRF ou que venham, eventualmente, a serem solicitados em locais da edificação não abrangidos em alguma razão pelo centralizado de condensadoras.

2.3.2. Desta forma, entende-se que o agrupamento de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema a serviços de instalação / desinstalação de equipamentos, sem prejuízo da garantia legal de aparelhos novos adquiridos, eliminam-se os riscos decorrentes de processos de instalação de equipamentos não acompanhados pela empresa de engenharia responsável pela manutenção do sistema, haja vista que, comumente, revendedoras de aparelhos de ar condicionado subcontratam os serviços de instalação dos equipamentos.

2.3.3. A instalação de novos equipamentos será realizada em sistema integrado, no qual o desempenho somente poderá ser avaliado de forma conjunta, sendo totalmente recomendável a manipulação por uma única empresa responsável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado em estudos preliminares que compõem do processo de contratação, abrange a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização do edifício do Coren-SP Educação, composto por sistema VRF e aparelhos de ar condicionado do tipo split, com emprego de ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e pagamento de peças utilizadas nas manutenções corretivas mediante sistema de ressarcimento.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Normas e recomendações técnicas: Deverão ser observados os seguintes regramentos, sem exclusão de outros que porventura sejam supervenientes, ou melhor, aplicáveis a esta contratação:



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.1.1.1. Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 340/2003;
- 5.1.1.2. Resolução CONAMA nº 267/2000;
- 5.1.1.3. Portaria nº 3523/GM do Ministério da Saúde;
- 5.1.1.4. Resolução do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) nº 1025/09;
- 5.1.1.5. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 5.1.1.6. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 5.1.1.7. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- 5.1.1.8. NBR 10.719/ABNT: Elaboração de relatórios técnicos, Resolução ANVISA nº 09/2003, item VI;
- 5.1.1.9. NBR 13.971/ABNT: Manutenção Programada em Sistemas de Ar-Condicionado e Ventilação;
- 5.1.1.10. NBR 16.401-1: Instalações de ar-condicionado;
- 5.1.1.11. NBR 5.410: Instalações elétricas de baixa tensão.
- 5.1.2. **Sustentabilidade:** Deverão ser observados os seguintes regramentos, sem exclusão de outros que porventura sejam supervenientes, ou melhor, aplicáveis a esta contratação:
 - 5.1.2.1. A Contratada ficará responsável pelo devido recolhimento dos consumíveis utilizados, bem como dos resíduos dos processos de manutenção, limpeza e desinstalação dos equipamentos de refrigeração, que deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitando a legislação ambiental.
 - 5.1.2.2. A Contratada deverá utilizar, na limpeza dos componentes do sistema de climatização, unicamente produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim, conforme Art. 5º, (item b), da Portaria nº 3.523/1998, do Ministério da Saúde.
 - 5.1.2.3. Na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:
 - a) É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
 - b) Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
 - c) A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim, que possua dispositivo de controle automático



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração licenciados pelo órgão ambiental competente.

d) Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.”

5.1.3. Equipe Técnica: Os serviços deverão ser prestados sob a responsabilidade técnica de profissional Engenheiro Mecânico, conforme atribuições técnicas definidas na Resolução CONFEA nº 218/1973.

5.1.3.1. O Engenheiro Responsável Técnico pelos serviços realizados e profissionais aplicados deverão responder pelas questões técnicas, administrativas, contratuais e legais referentes aos serviços e a segurança do trabalho, com experiência mínima de 03 (três) anos em Sistema de Refrigeração do Tipo VRF, devidamente habilitado no CREA.

5.1.3.2. Todos os documentos relacionados à execução do serviço, como laudos, relatórios técnicos e PMOC, dentre outros, deverão ser assinados pelo Engenheiro Responsável Técnico.

5.1.3.3. Os demais profissionais responsáveis pela execução dos serviços deverão possuir 40 qualificação técnica suficiente para a correta prestação do serviço objeto desta contratação, tais como:

Supervisor: Engenheiro Mecânico ou outro profissional de nível superior em engenharia com especialização em refrigeração e climatização, com experiência mínima de 03 (três) anos em Sistema de Refrigeração, devidamente habilitado no CREA;

Técnico nas seguintes áreas: Refrigeração e Climatização, Técnico em Mecânica, mecânico de refrigeração ou outro profissional de formação técnica de nível médio, com experiência mínima de 02 (dois) anos em Sistema de Refrigeração; a Contratada deverá fornecer tantos profissionais, com essa formação, quantos forem necessários ao bom atendimento do serviço objeto deste contrato.

5.1.3.4. Caso as funções de Supervisor e Responsável Técnico não sejam exercidas pelo mesmo profissional, deverá ser apresentada a documentação dos dois, separadamente.

5.1.3.5. Tendo em vista que o objeto não configura prestação de serviços com mão-de-obra dedicada, caberá à Contratada zelar para que os profissionais designados para execução do serviço possuam qualificação e estejam em número adequado para atender a completa execução de todas as tarefas contratadas.

5.1.4. Avaliação dos serviços prestados: Os quesitos de avaliação da qualidade dos serviços prestados encontram-se no Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

5.1.5. Enquadramento dos Serviços: Sobre o enquadramento dos serviços como de natureza continuada, justifica-se porque uma eventual interrupção causaria, de imediato, a suspensão do programa de manutenção dos aparelhos de ar condicionado, o que por sua vez poderia ocasionar graves prejuízos à continuidade do funcionamento dos equipamentos e às condições de salubridade nas unidades. Ademais, a existência de Programa de Manutenção, Operação e Controle de Aparelhos de Ar Condicionado (e sua execução) em repartições públicas é obrigação legal definida pela Lei nº 13.589/2018.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.1.6. Vigência do Contrato: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de início de vigência, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.7. Não haverá necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, caso haja interesse, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por empregado do Coren-SP especialmente designado, podendo realizá-las entre as 08h00 e 16h00, de segunda à sexta-feira.

6.1.1. As vistorias deverão ser agendadas previamente e exclusivamente pelo endereço eletrônico manutencao.predial@coren-sp.gov.br (com cópia para pregao@coren-sp.gov.br / lucianad@coren-sp.gov.br).

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá apresentar-se devidamente identificado, portando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços estará autorizada a partir da data de início da vigência contratual, que será programada para o primeiro dia útil do mês subsequente à contratação, de acordo com o modelo delineado neste tópico.

7.2. A Contratada, durante toda a execução contratual deverá atentar-se:

7.2.1. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente Termo;

7.2.2. Às rotinas constantes do Anexo II – Especificações Técnicas.

7.2.3. Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes dos equipamentos instalados ou que vierem a ser instalados, relativamente ao emprego, uso, instalação e manutenção dos equipamentos;

7.2.4. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e outros dispositivos legais aplicáveis conforme o item que trata dos requisitos da contratação.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.2.5. À Portaria nº 3523/GM do Ministério da Saúde, bem como, o preenchimento do PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle para Ar Condicionado), de acordo com as necessidades dos equipamentos.

7.3. Documentação complementar a ser apresentada pela Contratada (a ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, como requisito para o início da efetiva prestação dos serviços, e sempre que verificada a sua necessidade):

7.3.1. Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo CREA-SP, em nome do Responsável Técnico da Contratada, designado para acompanhar a execução do objeto, específica para a contratação.

7.3.1.1. Deverá ser demonstrado o vínculo entre o Responsável Técnico que supervisionará os serviços e a Contratada. Este vínculo poderá ser comprovado por meio do Contrato Social, CTPS ou contrato civil de prestação de serviços.

7.3.2. Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA em nome do Engenheiro responsável pelo acompanhamento da execução contratual que comprove aptidão para desempenho das atividades descritas neste Edital (manutenção em aparelhos de refrigeração do tipo VRF).

7.3.3. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil relativa ao contrato firmado;

7.3.4. Documentação relativa à Garantia de Execução, conforme o tópico 19 deste Termo.

7.4. Manutenção preventiva mensal: Periodicidade mínima mensal por equipamento, devendo obedecer às rotinas estabelecidas no PMOC.

7.5. Manutenção corretiva: Poderão ocorrer a qualquer tempo, não havendo limite de chamados. As manutenções corretivas que porventura venham a ser necessárias nos equipamentos que ainda se encontrarem em período de garantia vigente, somente deverão ser executadas após autorização expressa da Fiscalização, mediante prévia consulta ao fornecedor do equipamento instalado quanto aos aspectos da garantia do equipamento. Caso a manutenção corretiva necessária para operacionalizar o equipamento esteja coberta pela garantia do fabricante/fornecedor, a manutenção corretiva em tela não deverá ser executada pela Contratada, salvo em casos excepcionais cujas falhas/panes tenham origem em casos fortuitos não cobertos pela garantia do fornecedor/fabricante.

7.6. Peças de reposição: o fornecimento e/ou instalação das eventuais peças de reposição necessárias para quaisquer dos reparos só será realizado conforme demanda, e apenas mediante aprovação de orçamentos e autorização de compra prévia por parte da Fiscalização.

7.7. Instalação/desinstalação de equipamentos: Compreende a disponibilização de mão-de-obra, peças e materiais necessários à instalação e/ou remoção de aparelhos de ar-condicionado em operação instalados, que poderão ser reinstalados em outro ponto. Os serviços incluem a instalação de drenos, dutos de cobre, inclusive a colocação de apoios, suportes e instalação elétrica necessária.

7.8. Relatórios de Manutenção: Serão encaminhados pela Contratada aos respectivos Fiscais de Contrato ao término das manutenções preventivas/corretivas ou de demais serviços demandados para fins de verificação e recebimento definitivo (ver modelo no *Anexo III* e prazos no Cronograma de Execução abaixo).

7.9. Instalação de aparelhos de ar condicionado e linha frigorígena excedente: A Contratada garantirá a referida mão de obra, peças e partes fornecidas, pelo período mínimo de 03 (três) meses a contar da data do recebimento definitivo dos serviços prestados.

7.10. Cronograma de ações/ de execução: O Coren-SP e a Contratada deverão observar o cronograma a



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

seguir:

FASE	ETAPA	AÇÕES E/OU DOCUMENTOS		RESPONSÁVEIS	PREVISÃO / PRAZOS
CONTRATAÇÃO	Assinatura do instrumento contratual	1	Contrato de prestação de serviços continuados, vigência de 12 meses, com possibilidade de renovações	Coren-SP e Contratada	Após a homologação do certame
	Indicação de RT ao Gestor Contratual	2	Anotação de Responsabilidade Técnica - CREA-SP	Contratada	Até 10 (dez) dias úteis após a data de assinatura do contrato
	Apresentação da Garantia	3	Garantia de Execução cf. item 19 do Termo de Referência		
	Apresentação da Apólice de Seguro	4	Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil		
EXECUÇÃO CONTRATUAL	Manutenções Preventivas dos aparelhos de refrigeração e caixas de ventilação (conforme PMOC)	5	Tratativas para agendamento da manutenção preventiva	Contratada e Coren-SP (Fiscal de Contrato)	Até o 10º (décimo) dia útil do mês de referência
		6	Visita técnica para realização de manutenção preventiva		
		7a	Relatório de Manutenção Preventiva com detalhamento da corretiva eventualmente necessária (neste caso, ver ações 11 a 13)	Contratada	Até 5 (cinco) dias após visita técnica
		7b	Elaboração do PMOC por equipamento. Somente primeiro mês da vigência.		
EXECUÇÃO CONTRATUAL	Manutenções Corretivas e demais serviços	8	Encaminhamento de e-mail com Ordem de Serviço para agendamento de manutenção corretiva / instalação / desinstalação de aparelhos eventualmente necessária	Coren-SP	A qualquer tempo.
				(Fiscal de Contrato)	
		9a	Visita técnica, se necessário	Contratada	Até 5 (cinco) dias úteis após ação 08
		9b	Apresentação de Formulário de Solicitação de Peças (Anexo III - C) acompanhado de orçamentos das peças, se necessário		
		10	Aprovação da compra de peças mediante devolução do Formulário de Solicitação assinado por e-mail e agendamento da manutenção corretiva	Coren-SP	Em até 2 (dois) dias úteis após ação 09
				(Fiscal de Contrato)	
		11	Visita técnica para realização de manutenção corretiva / instalação / desinstalação de equipamentos	Contratada	Cf. cl. 3.18 do Anexo II <u>ou</u> se instalação/desinstalação em até 1 (um) dia útil após ação 08
RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS	Apresentação de Documentos Relativos à Execução Contratual	12	Relatório mensal da Manutenção Preventiva realizada + PMOC preenchido	Contratada	Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

FASE	ETAPA	AÇÕES E/OU DOCUMENTOS		RESPONSÁVEIS	PREVISÃO / PRAZOS
	/ Habilitação da Contratada		Relatório das Manutenções Corretivas / outros serviços realizados e documentos da eventual compra de peças		
			Certidões referentes à manutenção das condições de habilitação da Contratada		
	Apuração dos Serviços Prestados / Documentação Recebida + Relatório Circunstanciado	13	Análise da documentação apresentada pela Contratada, eventuais diligências por e-mail	Coren-SP (Fiscal de Contrato)	Até 5 (cinco) dias úteis após ação 12
		14	Aferição do IMR (a partir de valores da proposta comercial - cf. Anexo IV)		
		15	Preenchimento de Relatório Circunstanciado ou Termo de Recebimento Provisório. O documento, acompanhado da documentação acessória, deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato		
RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	Análise de relatório circunstanciado + documentação da execução / Aplicação do IMR / Emissão de Termo Circunstanciado /	16	Análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e realização de diligências junto à Contratante, se o caso. Aplicação do IMR	Coren-SP (Gestor do Contrato)	Até 10 (dez) dias úteis após ação 15
		17	Aplicação do IMR, cf. Anexo IV (confirmação a partir da aferição realizada pelo Fiscal de Contrato + realização de diligências junto às partes, se necessárias)		
		18	Emissão de Termo Circunstanciado ou Atesto de Conformidade para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados		
	Solicitação da Nota Fiscal	19	Formalização à Contratada, por email, do valor da Nota Fiscal após a aplicação do IMR, solicitando a emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)		
NOTA FISCAL	Emissão e Envio da Nota Fiscal	20	Emissão e encaminhamento das Notas Fiscais conforme tópico 17.5	Contratada	-
	Recebimento da Nota Fiscal	21	Recebimento da Nota Fiscal, encaminhando o processo para pagamento	Coren-SP (Gestor do Contrato)	-
FLUXO DE PAGAMENTO (MENSAL)				Coren-SP	Em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento da Nota Fiscal pelo Coren-SP

7.11. Hipóteses e prazos para refazimento dos serviços:



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.11.1. Em caso de serviço prestado inadequadamente, não sendo possível o alcance dos resultados pretendidos pela contratação, bem como se qualquer dos itens recorrer na mesma falha ou vício anteriormente constatado, a Contratada deverá providenciar a resolução:

7.11.1.1. Em até **03 (três) dias** contados do recebimento da notificação para chamados não emergenciais.

7.11.1.2. Em até **01 (um) dia útil** a contar do recebimento da notificação para chamados emergenciais.

7.11.1.3. Caso o cumprimento dos prazos de refazimento acima estabelecidos não seja possível em situações excepcionais, a contratada deverá proceder conforme tópico 12.9.2.

7.12. A **garantia** para os serviços prestados correrá da seguinte maneira:

7.12.1. Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado: A Contratada garantirá os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de peças, por 3 (três) meses a contar da data de emissão da Nota Fiscal, obedecendo as periodicidades previstas no PMOC.

7.12.2. O término da vigência contratual não obsta o cumprimento integral dos prazos remanescentes da garantia a que se referem subtópico acima.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas.

8.2. Os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato serão coordenadas pelo Gestor Contratual, especialmente designado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, do art. 11 do Decreto nº 9.507/2018 e do art. 40 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, o qual deverá ser auxiliado pelos fiscais técnicos e setoriais do contrato, exercendo as suas funções de acordo com as disposições do mesmo art. 40 da referida Instrução Normativa.

8.2.1. As definições de Gestor Contratual e Fiscais de Contrato serão realizadas pelo setor requisitante do serviço, por meio de Portarias expedidas pelo Controle Interno do Coren-SP.

8.3. A Contratada, quando convocada para assinatura do Contrato deverá indicar o preposto que será o representante da empresa, conforme modelo Anexo do Edital de Licitação.

8.4. Definição de **mecanismos formais de comunicação** a serem utilizados para troca de informações entre a Contratante e Contratada:

8.4.1. Toda a comunicação entre a Contratante e Contratada deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

8.4.2. Forma de Comunicação: a comunicação se dará por meio de ofícios, ordens de serviço, e-mails, reuniões mediante elaboração de atas; entrega pessoal de documentos mediante aposição de recibo, ou outros que possam ficar registrados.

8.4.3. Periodicidade: sempre que se fizer necessária a comunicação entre a Contratante e Contratada.

8.5. A medição **quantitativa** se dará mensalmente, com pagamentos pelos serviços e fornecimentos efetivamente realizados, isto é, prestados e concluídos dentro do período de referência, conforme abaixo:



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.5.1. Manutenção Preventiva mensal de aparelhos de Ar Condicionado

8.5.1.1. As manutenções deverão ser agendadas periodicamente e remuneradas com os respectivos valores unitários fixos mensais apresentados na proposta comercial após:

- a) Recebido e analisado o respectivo relatório de manutenção preventiva;
- b) Comprovada a execução das tarefas em sua totalidade;
- c) Analisados os respectivos relatórios técnicos;

8.5.2. Manutenção Corretiva, Desinstalação, Instalação de aparelhos de Ar Condicionado

8.5.2.1. Os serviços serão demandados e remunerados de acordo com a quantidade solicitada e efetivamente prestada no período de referência, considerando os custos unitários dos serviços por equipamento previstos na proposta comercial, por meio da apresentação dos respectivos relatórios de manutenção, conforme modelos do Anexo III.

8.5.3. Aquisição de Peças para reposição

8.5.3.1. Deverão ter a sua compra previamente aprovada pela Contratante, por meio da assinatura do Formulário de solicitação de peças, conforme disposições do Termo de Referência e serão remuneradas à Contratada conjuntamente ao pagamento pelos serviços de manutenção mensal, após o término do mês de prestação dos serviços, realizado o recebimento definitivo do objeto.

8.5.3.2. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de Produto específica para as peças eventualmente fornecidas.

8.6. A medição qualitativa dos serviços observará as seguintes diretrizes:

8.6.1. Aplicação do **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** que corresponde à medição dos serviços executados e à avaliação da qualidade de sua realização, com incidência de fator de correção e possibilidade de reajuste e glosa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total a ser pago mensalmente pela Contratante. O IMR permite que os serviços prestados pela Contratada tenham critérios pré-definidos de mensuração, em função de sua característica e forma de gestão, conforme descrito no *Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultados*.

8.7. A medição dos níveis de serviços não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação dos serviços prestados, tal qual sanções administrativas.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades adequadas para a execução do objeto, promovendo sua substituição quando necessários, nas condições e forma definidos no tópico 4 do Anexo II – Especificações Técnicas.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Coren-SP Educação, sito à Rua Dona Veridiana, nº 298, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01238-010.

10.2. HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: os serviços ordinários deverão ser prestados das 08h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, mediante agendamento prévio junto à fiscalização do Contrato.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.2.1. A Contratada, para prestação de serviços de manutenção preventiva, de modo a não prejudicar o andamento de atividades agendadas, poderá ser solicitada a fazê-lo, excepcionalmente, fora do horário de expediente, período noturno, ou aos finais de semana.

10.2.2. Os chamados de manutenção corretiva, poderão ser demandados a qualquer horário, devendo a contratada manter canal de atendimento telefônico 24 x 7 para atendimento de chamados urgentes.

10.2.3. Os tempos exigidos para atendimento de chamados estão definidos no Anexo II – Especificações Técnicas.

10.3. A descrição de rotinas técnicas, relação completa de equipamentos (marcas, modelos e quantidades) segue descrita no **Anexo II – Especificações Técnicas**.

10.4. Para a realização dos serviços, a Contratada manterá à disposição da Administração, sem dedicação exclusiva de mão de obra, equipe composta por profissionais habilitados, tantos quanto forem necessários à execução dos serviços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, estabelecendo normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução de serviços;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por funcionários especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, excetuados os casos de refazimento do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação ou justificativa;

12.9.1. O período de análise de eventuais prorrogações de prazo não interrompe a contagem dos prazos em andamento, cabendo à Contratada antecipar-se ao máximo nesta solicitação.

12.9.2. Nos casos de refazimento previstos no tópico 7.8, a Contratada deverá comunicar imediata e justificadamente a necessidade de revisão dos prazos estabelecidos.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.9.3.** A alegação de incapacidade, inabilidade ou desconhecimento técnico-operacional não será justificativa para o não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos.
- 12.10.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.11.** Apresentar à Contratante, quando for o caso e sempre que solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.12.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.13.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.14.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado desconhecimento técnico ou descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.15.** Disponibilizar profissionais capacitados conforme NR 35 - Trabalho em Altura, bem como os devidos EPI's e equipamentos gerais, para realização de trabalho em altura, quando aplicável.
- 12.16.** Manter preposto aceito pela Contratante para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, mantendo atualizadas informações de contato que deverão ser repassadas à fiscalização;
- 12.17.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 12.18.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a execução contratual;
- 12.19.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.20.** Executar toda a limpeza das áreas trabalhadas durante a execução dos serviços executados e após o final dos mesmos.
- 12.21.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.22.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às Especificações Técnicas do Termo de Referência;
- 12.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.24.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.25.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;
- 12.26.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.28. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.29. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010)

12.30. Observar as diretrizes de caráter ambiental previstas no Termo de Referência, bem como as demais diretrizes de caráter legal aplicáveis aos serviços prestados;

12.31. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;

12.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12.33. Emitir relatórios de manutenção e disponibilizar orçamentos obtidos para aprovação da aquisição de peças de reposição nos prazos previstos neste Termo de Referência.

12.34. Elaborar o Plano de Manutenção de PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle para Ar Condicionado), preenchendo-o a cada visita de manutenção preventiva e atualizando-o sempre que necessário.

12.35. Prestar os serviços e emitir o documento fiscal para pagamento ciente dos prazos do Cronograma de Execução, bem como em conformidade com as orientações do edital e deste Termo.

12.36. Possuir em seu quadro funcional equipe técnica que atenda às exigências dispostas no presente contrato.

12.37. Cumprir fielmente o cronograma aprovado pela CONTRATANTE, estando sujeita a penalidades no caso de descumprimento e atrasos do mesmo.

12.38. Registrar o contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do início da assinatura do Contrato, encaminhar os comprovantes à fiscalização contratual.

12.38.1. Quando da substituição do Responsável Técnico, deverá ser providenciada nova ART, apresentando-a ao fiscal do Contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da substituição.

12.39. Manter os sistemas constantes do objeto deste documento em bom estado de funcionamento, eficiência e limpeza, mediante manutenções preventiva e corretiva.

12.40. Proceder à visita técnica inicial e elaborar relatório conforme descrito neste Termo.

12.41. Organizar, mediante processo informatizado, arquivo de leituras de instrumentos mantendo histórico dos equipamentos e os dados obtidos nas rotinas de manutenção, visando verificar a ocorrência de valores em desacordo com os padrões e recomendados pelo fabricante do equipamento. Todos os padrões recomendados a serem seguidos deverão ser informados no relatório de avaliação técnica inicial.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.41.1. No caso de ocorrência de valores de leituras em desacordo com as recomendações do fabricante, a CONTRATADA informará o problema ao fiscal de contrato e providenciará, imediatamente, plano de procedimentos a serem adotados com o fim de regularizar o funcionamento dos equipamentos.

12.42. Executar os ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para realização dos testes necessários à aferição dos serviços, conforme dispõe o artigo 75 da Lei nº 8666/93

12.43. Efetuar as correções normais de eficiência do funcionamento dos equipamentos dos sistemas, sempre que as inspeções e testes indicarem modificações de parâmetros técnicos, obedecendo sempre os prazos estipulados no presente contrato.

12.44. Comunicar imediatamente ao Fiscal de Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo o tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

12.45. Solicitar autorização do fiscal do contrato, com 3 (três) dias úteis de antecedência, caso os serviços a serem executados impliquem na paralisação de equipamentos.

12.46. Prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos locais em que os sistemas estão instalados:

12.46.1. Os equipamentos, que por motivos técnicos não puderem ter executados os serviços nos locais de uso, serão retirados pela Contratada, mediante prévia aprovação do Fiscal de Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, conserto e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.46.2. Ocorrendo o previsto no subitem anterior, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outros componentes com as mesmas características dos componentes retirados, sem ônus para o CONTRATANTE, os quais somente poderão ser retirados quando da reinstalação dos componentes originais devidamente corrigidos.

12.47. Atender a quaisquer chamados emergenciais nos sistemas, a critério da CONTRATANTE, ainda que fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

12.48. Solicitar autorização do CONTRATANTE para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, sempre justificando o fato;

12.49. Executar os serviços com o maior padrão de qualidade possível, sendo direito do CONTRATANTE exigir que serviços, avaliados por ele como fora dos padrões de qualidade, sejam refeitos.

12.50. Após os serviços, manter as instalações do CONTRATANTE em perfeitas condições de operacionalidade, limpeza e respeitando todas as características originais dos ambientes que tenham sido alteradas durante as atividades de manutenção;

12.51. Responsabilizar-se por danos e vazamentos causados aos equipamentos e componentes dos sistemas descritos neste documento, decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da CONTRATADA na execução dos serviços contratados, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos e sistemas.

12.52. Solicitar previamente ao Fiscal de Contrato autorização para movimentar equipamentos ou modificar elementos existentes no prédio;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.53.Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE.

12.54.Designar Preposto junto à Contratante, que será responsável por gerenciar operacionalmente os empregados da Contratada enquanto em execução dos serviços nas dependências do Coren-SP, com as seguintes responsabilidades:

12.54.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

12.54.2. Orientar os funcionários, quando em serviço, em totais condições de higiene pessoal, trajando uniforme, portando crachá de identificação com os dados do empregado e com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados;

12.54.3. Fiscalizar e orientar todos os empregados sobre o uso correto dos equipamentos promovendo a substituição de materiais desgastados ou que já não apresentem condições favoráveis de uso;

12.54.4. Gerenciar, planejar e controlar a lista de materiais, ferramentas e equipamentos da CONTRATADA de forma que os serviços de manutenção não sofram descontinuidade;

12.54.5. Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, disciplina e respeito junto a todas as pessoas da CONTRATANTE;

12.54.6. Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;

12.54.7. Fazer o controle das atividades de manutenção, impedindo atrasos no cronograma aprovado pela CONTRATANTE no início da vigência do Contrato;

12.54.8. Desenvolver todas as atividades inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo orientações e determinações do Fiscal do Contrato, de acordo com as necessidades dos serviços;

12.54.9. Promover substituição de materiais, ferramentas e equipamentos não adequados ao uso nos serviços;

12.54.10.Fiscalizar a apresentação dos relatórios mensais, semestrais e de ações corretivas, registrando as informações pertinentes dos serviços executados em todas as intervenções de manutenção;

12.55.Todas as despesas decorrentes da realização dos serviços aqui descritos correrão por conta da CONTRATADA, ficando a cargo da CONTRATANTE somente o ressarcimento dos valores referentes às peças e componentes porventura fornecidas pela CONTRATADA após a autorização da CONTRATANTE.

12.56.Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito do Fiscal do Contrato. Os casos não abordados serão definidos pela CONTRATANTE, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

12.57.Manter todos os equipamentos de medição aferidos pelo INMETRO ou outro órgão designado pela CONTRATANTE.

12.58.Alterar os horários em que os serviços deverão ser executados sempre que a CONTRATANTE julgar necessário.

12.59.Executar os serviços sem prejuízo do funcionamento normal das atividades da CONTRATANTE, devendo adotar todas as medidas de proteção necessárias, com vistas ao livre trânsito das áreas.

13. SUBCONTRATAÇÃO



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.8. Durante a execução do objeto, a fiscalização deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.9. A fiscalização deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou,



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.11. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que motivada e documentada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.14. A conformidade do material ou peças que venham a ser utilizadas na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela (MÊS), a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, isto é, relatórios de manutenção dos serviços executados, documentação de compra de peças, certidões referentes a manutenção das condições de habilitação da Contratada e outros documentos relativos à execução contratual eventualmente solicitados pelo Fiscal de Contrato.

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, realizando eventuais diligências, solicitando correções ou esclarecimentos à Contratada que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado ou Termo de Recebimento Provisório em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o Relatório Circunstanciado ou Termo de Recebimento Provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado ou Atesto de Conformidade para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos conforme tópico 7.11 deste Termo, às custas da Contratada, sem prejuízo



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, preferencialmente mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Contratada receberá, apenas, pelos serviços executados e avaliados e pela compra de peças para manutenção corretiva previamente autorizada.

17.4. Os valores finais para pagamento serão aqueles ratificados ou redimensionados após aplicação mensal do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

17.4.1. Com a aplicação do IMR, em virtude das avaliações qualitativas dos serviços prestados, a faixa de valores a serem pagas unitariamente poderá variar entre 80% e 100% dos valores apresentados na proposta comercial da Contratada.

17.4.2. O redimensionamento de valores ocorrerá sempre que a Contratada deixar de produzir ou atingir de forma injustificada os resultados esperados; deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferior à demandada.

17.5. A apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou fatura para pagamento deverá(ão) observar o seguinte:

17.5.1. Indicação expressa dos elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, período de prestação dos serviços, encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade e valor a pagar. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza.

17.5.1.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da CONTRATANTE, com indicação do CNPJ da respectiva unidade (Coren-SP Educação – 44.413.680/0010-31).

17.5.1.2. No campo **e-mail** das notas fiscais emitidas deverá constar o seguinte endereço: contabilidade@coren-sp.gov.br.

17.5.1.3. Quando a legislação assim determinar, **deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas**, separando produtos de serviços (a exemplo de i) fornecimento de peças e ii) serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal) cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

17.5.2. Estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

17.5.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da IN nº 03, de 26



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de abril de 2018.

17.6. Previamente à emissão da nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá consultar o SICAF para identificar eventuais penalidades impeditivas de contratar com o Poder Público, observado o disposto no art. 29 da IN nº 03/2018 e, ainda, quanto a situação de regularidade dos requisitos de habilitação.

17.6.1. Havendo ocorrências, a Contratada será instada a se manifestar, podendo regularizar a situação ou apresentar defesa.

17.6.2. Caso a defesa não seja aceita e, persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa.

17.6.3. Nesse caso, desde que houve a efetiva entrega do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

17.6.4. O Termo de Contrato poderá deixar de ser rescindido por motivo de economicidade, ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso pela máxima autoridade da Contratante.

17.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.7.1. A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos naquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

17.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa (por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência), ou, ainda, se for constatado no ato da atestação que o objeto entregue não corresponde às especificações, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

17.8.1. Nestas hipóteses, o prazo iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a compensação financeira devida pela **CONTRATANTE** será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo ou

20.1.5. Cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, desde que passados dois anos;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

1	0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
4	1,6 % (um inteiro e seis décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	AFERIÇÃO	GRAU
1	Deixar de cumprir com os prazos estipulados ou acordados, incluindo-se os casos de substituição de material e refazimento do serviço.	Por ocorrência e por dia*	1
2	Dificuldade ou até impossibilidade em contatar a Contratada através dos canais de comunicação por ela informados, causando prejuízo ou atraso na execução.	Por ocorrência	2
3	Negligenciar, suspender injustificadamente ou se recusar a realizar a prestação dos serviços, o fornecimento de materiais ou a disponibilização da mão de obra, no todo ou em parte, tal como previsto no edital.	Por ocorrência	4
4	Deixar de apresentar documentação complementar prevista para ser entregue antes do início das atividades ou ao longo da execução contratual ou entregá-la fora das especificações requeridas.	Por documento e por dia de atraso*	1
5	Deixar de fornecer EPI (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados, quando exigido em lei ou convenção, ou de orientá-los e monitorá-los quanto à necessidade de utilização dos mesmos.	Por empregado e por dia*	4
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais ao ser humano.	Por ocorrência	5
7	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas após reincidência formalmente notificada.	Por ocorrência	3
8	Recorrer em infrações interiores	Por item e por ocorrência	**

Legenda: (*) A multa terá seu grau aplicado tanto sobre o fator fixo “ocorrência”, quanto pelo fator variável definido (p.ex. “por dia”, “por funcionário”), até que a situação seja resolvida. (**) O grau mensurado será aplicado em dobro em relação à infração cometida.

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Coren-SP, ou deduzidos da garantia.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, podendo ser aceito o somatório de atestados.

21.3.1.1. Por compatível entenda-se a parcela principal do objeto da contratação, isto é, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Sistemas de Climatização e Ventilação: VRF (Variable Refrigerant Flow) e ar condicionado tipo Split. A quantidade



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

necessária mínima a ser comprovada será de 50% do objeto, ou seja, 31 evaporadoras e 4 condensadoras.

21.3.2. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), devendo constar objetivo social compatível com o objeto da licitação.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão o valor global e de cada um dos itens componentes da tabela do item 1 – objeto.

21.4.1. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do grupo.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O valor total anual estimado para esta licitação é de **R\$ 106.309,96 (cento e seis mil trezentos e nove reais e noventa e seis centavos)** correspondente à somatória dos serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal, bem como fornecimento de peças, instalações e desinstalações eventuais, com base em estimativa de consumo no período de 12 (doze) meses.

22.2. A estimativa de preços foi realizada conforme preconizado no Art. 2º, incisos I, II e IV da IN SG/MPDG nº 3/2017, que estabelece o procedimento para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas correrão pelo seguinte Elemento de Despesa:

6.2.2.1.1.33.90.39.002.017 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020 Processo Administrativo nº 2264/2019****1. OBJETO**

1.1. Os serviços consistem na manutenção preditiva, preventiva e corretiva do sistema de refrigeração do edifício do Coren-SP Educação que serão realizados por equipe técnica através de visitas técnicas programadas ou solicitadas pela Fiscalização.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0071H, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,2Kw.	9
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP00914, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,8Kw.	1
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0091H, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,8Kw.	14
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0091H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,8Kw.	1
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0181H, tipo: Hiwall, capacidade nominal de 5,6Kw.	1
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0121H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,6Kw.	3
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0121MH, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,6Kw.	6
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0241H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 7,1Kw.	9
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0301H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 9Kw.	2
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0481H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 14Kw.	8
Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0561H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 16Kw.	1
Unidade Condensadora - 2, Marca: Toshiba, modelo: MMY 1001HT7.	3
Unidade Condensadora - 1, Marca: Toshiba, modelo: MMY 1201HT7.	4
Caixa de ventilação Ar Externo – vazão 7892 m ³ /h 2CV	8
Aparelho de Ar Condicionado Split 18000 (evaporadora e condensadora) Marca: Carrier, modelo: 38KCA018515MC (compra e instalação programadas, pagamentos pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva serão realizados após a instalação do equipamento)	1
Aparelho de Ar Condicionado Split 24000, Marca: Carrier, modelo: 42LUCA0022515LC, tipo: Hiwall, capacidade nominal de 24000kw e Unidade Condensadora Split 22000, Marca: Carrier, modelo: 38KCA022515MC	1



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços consistem na manutenção preditiva, preventiva e corretiva, instalação e desinstalação que serão realizados por equipe técnica através de visitas técnicas programadas ou solicitadas. Estas devem englobar todas as ações e intervenções permanentes, periódicas, pontuais e emergenciais nos equipamentos do sistema VRF, equipamentos de split e de renovação de ar, incluindo seus subsistemas e componentes, tubulações frigoríferas e isolamentos, dentre outros; visando manter as características de funcionalidade e operação dos equipamentos e seus componentes.

3.2. Os serviços de manutenções preditiva, preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisões, calibrações, verificação das condições operacionais dos equipamentos, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico, substituição de filtros e limpeza dos equipamentos que são objeto do presente contrato. A CONTRATADA também deverá prestar o serviço de orientação a funcionários do CONTRATANTE a respeito de práticas de operação e manutenção dos equipamentos.

3.3. As periodicidades das rotinas descritas no cronograma das manutenções preventivas deverão obedecer às recomendações do fabricante, Normas Técnicas e orientações do CONTRATANTE. As rotinas de manutenção, apresentadas neste Termo são as referências mínimas para execução dos serviços de manutenção preventiva do sistema objeto deste contrato, devendo a CONTRATADA providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos sistemas ou para otimizar os processos. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia por parte do responsável pela fiscalização do contrato, de forma a verificar sua adequação.

3.4. Para realização da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá estruturar o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** e executá-lo a partir de um checklist, a ser desenvolvido e aprovado pelo CONTRATANTE, especificamente para acompanhamento do fiscal de contrato quanto ao cumprimento do programa de manutenção preventiva dos equipamentos, com estrita observância à periodicidade a ser estabelecida para os serviços, conforme a Portaria 3.523/1998 do Ministério da Saúde e Lei 13.589/2018.

3.4.1. Os custos para elaboração do PMOC deverão estar contemplados nos valores orçados, uma vez que se tratam de obrigações da Contratada.

3.4.2. O PMOC e seu checklist deverão ser elaborados antes ou durante a primeira manutenção preventiva e entregues ao Fiscal de Contrato, com o primeiro checklist já preenchido, junto à primeira documentação para recebimento provisório, conforme cronograma de execução do Termo de Referência, devendo ser atualizado sempre que necessário.

3.4.3. Para todas as manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá enviar junto à documentação mensal para pagamento o checklist do PMOC atualizado e preenchido, referente ao mês de prestação dos serviços, e o relatório consolidado das manutenções preventivas realizadas por equipamento.

3.4.4. O PMOC deverá contemplar um plano de manutenção com a rotina mínima necessária, detalhada em checklist, para manter os sistemas climatizados em condições adequadas de limpeza, manutenção, operação e controle, observadas as determinações abaixo relacionadas:

a) Manter limpos os componentes do sistema de climatização, tais como: bandejas, serpentinas, umidificadores, ventiladores e dutos, de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- b) Utilizar, na limpeza dos componentes do sistema de climatização, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;
- c) Verificar periodicamente as condições físicas dos filtros e mantê-los em condições de operação. Promover a sua substituição quando necessária;
- d) Restringir a utilização do compartimento onde está instalada a caixa de mistura do ar de retorno e ar de renovação, ao uso exclusivo do sistema de climatização. É proibido conter no mesmo compartimento materiais, produtos ou utensílios;
- e) Preservar a captação de ar externo livre de possíveis fontes poluentes externas que apresentem riscos à saúde humana e dotá-la no mínimo de filtro classe G1 (um), conforme as especificações do Anexo II, da Portaria 3.523/1998 do Ministério da Saúde;
- f) Garantir a adequada renovação do ar de interior dos ambientes climatizados, ou seja, renovação de no mínimo de **27m3/h/pessoa**;
- g) Descartar as sujidades sólidas, retiradas do sistema de climatização após a limpeza, acondicionadas em sacos de material resistente e porosidade adequada, para evitar o espalhamento de partículas inaláveis.

3.5. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, propor a modificação das rotinas ou a periodicidade dos serviços de manutenção preventiva, bastando comunicar por escrito à CONTRATADA, a qual terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para promover os ajustes necessários após deliberação dos fiscais de contrato.

3.6. A CONTRATADA deverá orientar a CONTRATANTE quanto ao correto uso/acionamento do sistema pelos usuários, inclusive fornecendo instruções por escrito.

3.7. A CONTRATADA arcará com todos os materiais de manutenção preventiva, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

3.8. A CONTRATADA disponibilizará os recursos humanos de seu quadro para a execução dos serviços objeto do Contrato para a realização das seguintes atividades:

3.8.1. VISITAS PROGRAMADAS E EVENTUAIS: consistem nas atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, contemplando também visitas emergenciais em atendimento a chamados da CONTRATANTE. Os profissionais que realizarão estas atividades serão responsáveis por manter a operação do sistema objeto deste contrato, bem como seu bom estado de conservação e limpeza, a serem realizadas pelo profissional Técnico.

3.8.2. VISITAS TÉCNICAS: Consistem nas atividades de gestão da manutenção objeto deste contrato, a serem realizadas por Engenheiro Mecânico Supervisor. O profissional que realizar esta atividade será o responsável pela supervisão das atividades, elaboração de relatórios e cronogramas, auxílio técnico. Deverá realizar uma visita na localidade, durante o horário do expediente sempre que sua presença for solicitada pelo CONTRATANTE e deverá comparecer também sempre que a equipe técnica não for capaz de solucionar os problemas existentes.

3.8.3. VISTORIA TÉCNICA INICIAL: Deverá ser realizada pela CONTRATADA, com acompanhamento "in loco" do Engenheiro Mecânico Supervisor, conforme cronograma de execução, e resultará na elaboração do primeiro relatório preventivo mensal a ser avaliado pelo CONTRATANTE enquanto modelo padrão a ser utilizado ao longo da vigência contratual.

3.8.3.1. Excepcionalmente para o primeiro relatório, a CONTRATADA deverá fornecer, adicionalmente aos itens previstos na cláusula 13.3.2.1 do *Anexo I - Termo de Referência*:



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- a) Dados informativos quanto à avaliação inicial dos componentes dos equipamentos do sistema VRF e split e o panorama geral do sistema de renovação de ar observados o funcionamento, a operação e a integridade de todos os componentes do sistema;
- b) Cronograma com definição estimativa de prazos das intervenções corretivas iniciais para solução dos problemas identificados.
- c) Listagem com quantitativo mínimo de materiais e peças e peças de reposição, passíveis de ressarcimento pela CONTRATANTE, para estoque que assegure ao máximo possível o funcionamento ininterrupto da unidade ao longo da vigência contratual. A relação será avaliada pelo Fiscal de Contrato previamente a autorização da compra.

3.8.3.2. A entrega dos documentos e informações solicitadas, bem como os prazos estabelecidos para resolução dos problemas verificados na vistoria técnica inicial serão os mesmos prazos gerais estabelecidos no cronograma de execução.

3.9. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento. Tem ainda a finalidade de conduzir o equipamento mantido a uma operação mais próxima possível das condições de projeto, com melhor eficiência e menor consumo de energia. Essa manutenção deve ser executada em duas etapas:

3.9.1. Inspeção: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelo fabricante dos equipamentos;

3.9.2. Revisão: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes;

3.9.3. A CONTRATADA deverá realizar todas as rotinas previstas e recomendadas pelo fabricante visando a melhor manutenção do equipamento e/ou determinado pelo PMOC aprovado

3.9.4. Para cada etapa das manutenções preventivas deverão ser emitidos relatórios técnicos contemplando todos os itens verificados de forma detalhada, informação dos procedimentos utilizados, materiais de consumo substituídos, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias.

3.10. Nas tabelas a seguir são apresentadas as rotinas mínimas para manutenção preventiva dos equipamentos dos sistemas objeto deste contrato:

LEGENDA

Mensalmente	M
Bimestralmente	B
Trimestralmente	T
Semestralmente	S
Anualmente	A

AUTOMAÇÃO	PERIODICIDADE			
	M	T	S	A
Limpeza dos quadros de controle.	X			
Reaperto de terminais dos quadros de controle.	X			



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Verificação dos fusíveis dos quadros de controle.	X			
Relatar os alarmes presentes na automação.	X			
Inserir e verificar a programação mensal de feriados.	X			
Verificar a tensão secundária de todos transformadores de automação.	X			
Verificar a existência de Backup do sistema e realizar se necessário.			X	
Reinstalar o software de automação, se necessário.			X	
Medir os valores e comparar com a leitura de todos os sensores de pressão e temperatura.			X	
Limpar contatos de todos os sensores da automação.			X	
Reaperto geral de todos os contatos dos sensores de automação.			X	
Verificar se os set points de automação estão adequados.			X	
Atualizar softwares das controladoras.			X	
Verificar se existem ruídos anormais nos compressores e ventiladores dos equipamentos.	X			
Verificar vedação das tampas e do gabinete em geral.	X			
Leitura de Tensão na Fase R, S e T, em cada compressor.	X			
Leitura de Corrente na Fase R, S e T, em cada compressor.	X			
Executar balanceamento nas fases, se necessário.	X			

CONDENSADORAS	PERIODICIDADE			
	M	T	S	A
Limpar a serpentina da unidade.	X			
Verificar funcionamento do aquecedor de óleo.	X			
Verificar atuação de todos dispositivos de proteção.	X			
Verificar operação dos pressostatos de alta e baixa.	X			
Informar presença de bolhas ou umidade nos visores de líquido dos compressores.	X			
Verificar com sabão se há vazamentos nas conexões.	X			
Verificar e corrigir o isolamento das linhas frigorígenas.	X			
Verificação de luzes e botoeiras queimadas no QDE.	X			
Testar atuação dos Relés Térmicos, Falta de Fase e Supressor de Surto.	X			
Testar atuação dos Temporizadores e outros dispositivos.	X			
Reaperto geral e limpeza do QDE e de comando.		X		
Medir Superaquecimento do gás refrigerante, usando mainifold e a tabela do gás.	X			
Medir Sub-Resfriamento do gás refrigerante, usando mainifold e a tabela do gás.	X			
Verificar carga de gás, conforme recomendação do fabricante.		X		
Reaperto dos parafusos das bases dos compressores.	X			
Reaperto geral dos parafusos e conexões internas.	X			
Informar nível de óleo dos compressores.	X			
Completar nível de óleo dos compressores.	X			
Extrair e relatar os alarmes presentes no painel.	X			
Limpar a área da condensadora.	X			
Medir isolamento elétrico dos compressores c/ Megôhmetro 500V 1kohm (Atual/Anterior).			X	
Verificar estado das borrachas anti-vibração dos compressores.			X	
Verificar isolamento de toda fiação elétrica.			X	



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CONDENSADORAS	PERIODICIDADE			
	M	T	S	A
Testar aterramento da unidade.			X	
Eliminar focos de oxidação e retocar a pintura.			X	
Verificar, com detector de vazamento todas as conexões de refrigerante.			X	
Medir diferencial de pressão no filtro de óleo, substituir se necessário.			X	
Verificar filtro secador.			X	
Limpar ventiladores do condensador, medir isolamento dos motores e ajustar folgas.			X	
Substituir o filtro secador.				X
Substituir o filtro de óleo				X

EVAPORADORAS VRF	PERIODICIDADE			
	M	T	S	A
Verificar se existem ruídos anormais nos equipamentos.	X			
Verificar o funcionamento e estado geral da máquina.	X			
Leitura de Tensão na Fase R, S e T.	X			
Leitura de Corrente na Fase R, S e T.	X			
Limpar filtro de ar e substituí-lo, caso necessário.	X			
Limpar bandeja da unidade e verificar funcionamento da bomba de dreno.	X			
Verificar estado e limpar a serpentina.	X			
Verificar estado e fixação dos painéis.	X			
Verificar ruído e balanceamento do ventilador.	X			
Verificar atuação da Válvula de três vias.	X			
Testar atuação de Relés Térmicos, Falta de Fase e Supressor de Surto.	X			
Testar atuação dos Temporizadores e outros dispositivos.	X			

UNIDADES INTERNAS E EXTERNAS VRF	PERIODICIDADE			
	M	T	S	A
Verificar a existência de circuitos limitados e alarmes anormais nas condensadoras.	X			
Verificar ruídos anormais.	X			
Procurar por vazamentos.	X			
Verificar gotejamento das unidades internas.	X			
Verificar se as temperaturas estão de acordo com o necessário.	X			

CAIXA DE VENTILAÇÃO, EXAUSTORES E VENTILADORES	PERIODICIDADE			
	M	T	S	A
Verificar a tensão das correias com tensiômetro (caso existam)		X		
Limpar interna e externamente		X		
Inspecionar e corrigir ruídos e vibrações anormais		X		
Verificar alinhamento das polias dos motores com relógio comparador		X		
Verificar o estado e proteção das correias		X		
Verificar aquecimento do motor		X		
Verificar vazamento do ar do sistema		X		



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CAIXA DE VENTILAÇÃO, EXAUSTORES E VENTILADORES	PERIODICIDADE			
	M	T	S	A
Verificar operação dos controles de vazão		X		
Medir e registrar a tensão (V) e corrente elétrica (A) solicitada pelo motor		X		
Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão e efetuar a limpeza em todo equipamento, inclusive ventiladores.		X		
Lubrificar rolamentos ou verificar a necessidade de troca (caso blindados)		X		
Verificar funcionamento dos amortecedores de vibração		X		
Verificar sentido de rotação		X		
Verificar e limpar filtros de ar		X		
Lubrificar os mancais dos motores ou verificar necessidade de troca (caso blindados)		X		
Reapertar parafusos dos mancais de suportes		X		
Verificar condições dos conduítes e isolamento do motor		X		
Medir a resistência de isolamento do motor com megôhmetro			X	
Verificar e limpar o rotor			X	
Eliminar focos de oxidação e retocar a pintura			X	
Verificar quadro elétrico e painel			X	

3.11. MANUTENÇÃO CORRETIVA: tem por objetivo o restabelecimento ou readequação dos componentes dos equipamentos do sistema VRF, splits e ventilação mecânica às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, restabelecimento da carga nominal de refrigerante bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, entre outros procedimentos que se façam necessários. Estes procedimentos deverão ser atestados por meio de laudo técnico específico, assinado pelo engenheiro responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.

3.12. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATANTE comunicar imediatamente os problemas identificados à CONTRATADA, solicitando realização de visita para execução dos serviços de reparo;

3.12.1. Chamados emergenciais: Compreendem situações de notável ou potencial risco à saúde coletiva ou às condições de salubridade nas dependências do Coren-SP Educação, bem como situações que possam ocasionar o cancelamento das atividades agendadas ou causar potencial dano aos bens patrimoniais que requerem climatização ambiental como garantia de bom funcionamento, tais como aparelhos do laboratório de simulação realística da unidade ou equipamentos audiovisuais de suporte às atividades institucionais. Para estes casos, a CONTRATADA deverá disponibilizar membros de sua equipe técnica, presencialmente, em até 03 (três) horas após a abertura do chamado, havendo o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o registro da ocorrência para restabelecimento das condições de funcionalidade do equipamento.

3.12.1.1. Caso não seja possível o restabelecimento das condições no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá emitir relatório com proposta de novo cronograma para aprovação por parte dos fiscais técnico e setorial da unidade, apresentando os motivos que impossibilitam o cumprimento dos prazos iniciais, as causas da falha, os materiais necessários para a solução do problema e os procedimentos a serem adotados. Esse relatório deverá ser entregue à CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação do chamado de emergência.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.12.2. Chamados não emergenciais: excetuadas as condições previstas na cláusula anterior, os demais chamados de manutenção corretiva deverão ocorrer nos seguintes prazos:

3.12.2.1. Até 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura do chamado para os casos em que não houver necessidade de aquisição de peças ou em que houver peças de reposição, já adquiridas pela CONTRATANTE, à disposição da CONTRATADA;

3.12.2.2. Até 10 (dez) dias úteis a contar da autorização de compra para os casos em que houver necessidade de aquisição de peças para manutenção;

3.12.3. A manutenção corretiva incluirá todo material de consumo, mão de obra necessária para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, estas mediante ressarcimento. Todas as despesas relativas direta ou indiretamente à execução dos serviços de manutenção, como montagem, desmontagem e transporte de equipamentos, mão de obra para o levantamento de necessidades, visitas técnicas ou elaboração de relatórios, testes, ensaios, bem como para execução da manutenção corretiva propriamente dita, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo estar previstas no valor global do contrato, cabendo cobrança apenas das peças eventualmente substituídas.

3.12.4. Os serviços de manutenção corretiva serão executados no local onde o(s) equipamento(s) está(ão) instalado(s), exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização da CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3.13. Toda a mão de obra para os levantamentos, elaboração de relatórios e execução da manutenção corretiva propriamente dita será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo estas estarem previstas no valor global do contrato.

3.14. Os equipamentos classificados como inservíveis, por meio de laudo emitido pela Contratada e/ou que permaneçam inoperantes por período superior a 30 (trinta) dias, sem a efetiva substituição, terão o valor da manutenção preventiva e corretiva descontados do pagamento mensal.

3.14.1. Caso a soma dos trinta dias consecutivos ocorram em mais de 1 (um) mês da prestação de serviço, o desconto será proporcional aos dias do mês correspondentes à paralisação.

4. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

4.1. Deverão estar inclusos no preço do serviços de manutenção corretiva/preventiva dos equipamentos: mão de obra e todas as peças, materiais e equipamentos necessários à consecução da manutenção preventiva, não recaindo sobre a Contratante nenhuma responsabilidade quanto ao desgaste ou dano parcial ou total dos mesmos, aqui exemplificados em lista não exaustiva: água destilada; detergentes; sabões; panos; palhas de aço; desengraxantes; desincrustantes; lubrificantes; anticorrosivos; fitas teflon veda rosca; colas e adesivos para tubos PVC; colas epóxi; colas tipo Araldite e super bonder; adesivos tipo durepoxi; pilhas; buchas de nylon; escovas de aço e nylon; brocas; acetileno e outros similares; fusíveis; parafusos; correias; ímãs; terminais elétricos; medidores de corrente elétrica; medidores de temperatura; medidores de carga do gás; entre outros; graxas; solventes; produtos químicos de limpeza; materiais contra a corrosão e para proteção antiferruginosa; tinta; lixa; neutrol; underseal; fita isolante; álcool; filtro secador; espuma de vedação; massa de vedação; vaselina; estopas; sacos plásticos para acondicionamento de detritos; materiais para solda; zarcão; R-22; R-410A; trapos; óleos lubrificantes; gases como freon, oxigênio, acetileno e nitrogênio; materiais e produtos de limpeza em geral; rolamentos;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

capacitores (conforme capacidade do ar); relés de proteção; parafusos; arruelas; rolamentos; terminais elétricos; cabos elétricos; disjuntores; fluidos e gases refrigerantes; filtros e circuitos de controle de temperatura; sensor de temperatura de evaporadora; elemento filtrante, palha de aço, querosene, tinta, baterias, anilhas, conector terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, pregos, pincéis, tubos de cobre e isolamento térmico utilizados para a recomposição do sistema e outros materiais necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de uso

4.1.1. Os Materiais, peças, partes e demais componentes que não se enquadram no item acima deverão ser, obrigatoriamente, fornecidos pela CONTRATADA, por meio de ressarcimento, mediante aprovação prévia da CONTRATANTE.

4.1.2. Caso o CONTRATANTE constate qualquer negligência por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estes serão fornecidos pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE.

4.2. A CONTRATADA deverá fornecer durante a atuação de sua equipe, sem ônus para o CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, EPI (equipamentos de proteção individual), materiais de consumo, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes, indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos;

4.3. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução. Todas as providências e custos advindos do uso ou aplicação de materiais não submetidos à aprovação pelo fiscal do contrato, e que porventura venham a ser rejeitados, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

4.4. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, para que seja realizada avaliação, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos. O descarte de materiais será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA deverá sempre justificar a necessidade de substituição de peças, equipamentos ou acessórios devendo esta solicitação ser apreciada e autorizada pelo fiscal do Contrato.

4.6. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos e originais, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, além de ser submetidos à aprovação do Fiscal do Contrato.

4.7. Caberá à CONTRATADA comprovar ou declarar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao Fiscal do Contrato;

4.8. Não serão aceitos materiais de reposição com marcas distintas das existentes, devendo ser obedecidas as recomendações do fabricante do equipamento, exceto quando comprovada a equivalência técnica de outra marca, o que, necessariamente, deverá ser demonstrado através de testes e ensaios previstos por normas e serem submetidos à análise e aceite prévios do Fiscal Técnico do Contrato. Deverá ser apresentada nota fiscal que identifique o fabricante e fornecedor a fim de comprovação da originalidade e procedência da mesma.

4.9. Se julgar necessário, o fiscal do contrato poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, da origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pelo responsável pela fiscalização do Contrato.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.10. Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos nos respectivos custos de equipamentos e materiais não cabendo qualquer reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.

4.11. Quando houver demanda de peças para manutenção corretiva, a Contratada apresentará à Contratante, para aprovação prévia, ao menos 3 (três) preços de mercado, os quais serão sempre juntados aos autos do processo para fins de controle.

4.11.1. A Fiscalização, a seu critério, poderá realizar pesquisa de preços das peças indicadas para reposição, para fins de diligência e, caso os valores por ela obtidos sejam menores que os fornecidos pela Contratada, o Fiscal de Contrato poderá indicar que a compra de peças seja realizada dentro dos valores obtidos, ao que a Contratada deverá atender.

4.11.2. No caso de fornecedor exclusivo do componente ou para componentes que nunca tenham sido comercializados, a Contratada deverá declará-lo formalmente, apresentando justificativa explicitando tal fato.

4.11.3. As peças adquiridas serão remuneradas à Contratada conjuntamente ao pagamento pelos serviços de manutenção corretiva após o término do mês de prestação dos serviços, realizado o recebimento definitivo do objeto.

4.12. Todos os componentes destinados à reparação dos aparelhos deverão ser novos e originais, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua instalação.

4.13. O objeto deste Termo poderá sofrer acréscimo ou supressões, quando houver modificação nos quantitativos e/ou especificações dos equipamentos, visando uma melhor adequação às necessidades do Órgão.

5. DA INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS

5.1. A Instalação de aparelhos de ar condicionado incluirá todos os materiais necessários, elétricos, mecânicos, hidráulicos e de obras civis, por exemplo (mas não limitados): fornecimento de tubo conectivo, vedação na tubulação e aparelho, solda, suporte, espuma de vedação, massa de vedação, injeção de gás próprio para o compressor (injeção de gás inicial), parafusos, disjuntores, fiação, tubulação para drenos, cimento, argamassa, massa corrida, tintas, etc. e demais materiais que possam ser necessários. Ao final da instalação o local deverá ser recomposto à sua situação original.

5.2. Todos os custos relativos à instalação de equipamentos novos ou seminovos fornecidos pela CONTRATANTE, bem como à desinstalação e remanejamento dos mesmos, incluindo-se aí os custos com transportes, deslocamentos, testes, etc. com exceção relativos ao ressarcimento de peças e materiais eventualmente empregados, nos termos deste documento, correrão por conta da CONTRATADA.

6. GARANTIA DA QUALIDADE DO AR DO INTERIOR EM AMBIENTES CLIMATIZADOS

6.1. Em caso de irregularidades e contaminações do ar dos ambientes climatizados, verificados em laudos emitidos por empresas de controle de ar contratadas pelo Coren-SP, realizados conforme Resolução RE 09/2003 da ANVISA, seguindo os parâmetros e passos previstos nas suas Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004, a contratada deverá apresentar relatório circunstanciado sobre os motivos da ocorrência, propondo solução para regularizar o problema.

6.2. Todos os serviços de higienização, inclusive o descarte do material retirado, deverão estar em conformidade com a norma NBR-14679/2001 da ABNT (Sistemas de Condicionamento de Ar e Ventilação - Execução de Serviços de Higienização).

6.3. Tão logo sejam realizadas as medidas corretivas recomendadas pelo laudo, nova análise do ar do



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sistema, independentemente da periodicidade semestral, será realizado para verificação da eficácia das providências tomadas.

7. RELATÓRIOS

7.1. Os relatórios deverão ser preenchidos pela Contratada, durante a execução contratual, conforme *Anexo III – Modelos de Relatórios Técnicos e Formulário de Solicitação de Peças*. Em havendo concordância da fiscalização, os modelos poderão ter a sua composição alterada, desde que sirvam para o adequado acompanhamento da execução contratual.

7.2. A CONTRATADA deverá emitir periodicamente relatórios técnicos contemplando todas as verificações, procedimentos adotados, materiais substituídos, pareceres conclusivos sobre os problemas detectados e sugestões para melhorias de forma detalhada. Todos os relatórios técnicos emitidos deverão ser assinados pelo engenheiro responsável e entregues ao fiscal do Contrato:

7.2.1. Relatório de Manutenção Preventiva (mensal): Para toda intervenção preventiva, a Contratada emitirá relatório datado e assinado, consignando, entre outras ações, as seguintes:

- a) Descrição de cada equipamento em sua situação atual;
- b) Checklist preenchido referente à aplicação do PMOC no mês de referência;
- c) Observação sobre a existência de condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados;
- d) Planilha eletrônica (Excel) com histórico atualizado da relação de peças trocadas, identificando o respectivo equipamento e se a troca ocorreu por ocasião da manutenção preventiva ou eventual corretiva realizada no mês de referência;

7.2.2. Relatório de Manutenção Corretiva / instalação ou desinstalação de equipamento (conforme demanda): Para toda intervenção a Contratada emitirá um relatório datado, o qual deverá ser entregue no mês de referência junto ao Relatório de Manutenção Preventiva, devendo conter detalhamento dos serviços, eventuais substituições de equipamentos e fornecimento de peças realizado e, entre outras ações, as seguintes:

- a) Descrição sumária dos serviços realizados por equipamento, com a relação das respectivas peças empregadas ou equipamentos substituídos (indicação de marca, modelo, nº de série) e identificação dos mesmos através de seu número do patrimônio;
- b) Observações sobre a existência de condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados;

7.3. Laudo técnico de avaliação de equipamento inservível (conforme demanda): Na impossibilidade ou inviabilidade técnica de reparo do equipamento, tanto no início como no decorrer da prestação dos serviços, a Contratada deverá providenciar laudo técnico específico resumizando as seguintes informações:

- a) Detalhamento da situação atual do equipamento, relação de peças necessárias e respectivos valores, caso as encontre no mercado, bem como demais justificativas da inviabilidade do reparo e manutenção de sua operacionalidade.
- b) O laudo, que poderá ser encaminhado por meio eletrônico, será analisado pela área técnica do Coren-SP e, sendo aceito, será solicitada a retirada ou substituição do equipamento do Plano de Manutenção da unidade.

7.4. Em havendo concordância da fiscalização, os modelos de relatórios relativos às manutenções



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

preventivas / corretivas poderão ter a sua composição alterada, desde que sirvam para o adequado acompanhamento da execução contratual.

7.5. Os custos para elaboração de todos os relatórios e laudos técnicos deverão estar contemplados nos valores da respectiva manutenção, conforme proposta comercial apresentada na sessão de licitação.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**ANEXO III – MODELOS DE ORDENS DE SERVIÇOS E RELATÓRIOS TÉCNICOS****PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020 Processo Administrativo nº 2264/2019**

ANEXO III A - MODELO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE PEÇAS							
(Colocar Identificação da Empresa)							
Nº Ordem de Serviço:		Unidade:				Data: ____/____/____	
Contratada:						Pregão Eletrônico nº	
Fiscal em exercício:						Prazo: ____/____/____	
Aparelho:	BTU:	Patrimônio:	Peças de Reposição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

IMPORTANTE: 1. Os orçamentos deverão ser acompanhados deste formulário preenchidos nos prazos definidos no Termo de Referência.
2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados nos prazos definidos no Termo de Referência após a aprovação da compra das peças pelo Fiscal do Contrato.

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA	
Assinatura do Fiscal do Contrato: Nome: _____ RG: _____ Data da Autorização: ____/____/____	Assinatura do Preposto ou Responsável Técnico Nome: _____ RG: _____ Data da execução: ____/____/____



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO IV – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020 Processo Administrativo nº 2264/2019

1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme definido IN SEGES/MP nº 05/2017, é o mecanismo que define em bases compreensíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento com base nos resultados dos serviços efetivamente prestados, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência e o estímulo à melhoria constante dos serviços prestados.
2. O **IMR** mede a qualidade com que o serviço é executado e permite proporcionalizar o pagamento devido em função do recebimento do serviço com qualidade inferior à contratada, logo, não se trata de sanção, mas de instrumento objetivo para mensuração e liquidação do valor a ser pago pela prestação do serviço.
3. As ocorrências encontram-se organizadas de acordo com o crescente nível de severidade, correspondentes ao eventual impacto que causariam à normalidade dos serviços prestados, isto é, a o devido funcionamento dos aparelhos de refrigeração, na forma e condições estabelecidas no *Anexo II – Especificações Técnicas*.
4. O não cumprimento pela Contratada dos níveis mínimos de desempenho implicará em ajuste nos pagamentos (glosas), realizadas sobre o valor total da fatura do período de referência, sem prejuízo da eventual aplicação das demais sanções administrativas previstas em tópico específico do Termo de Referência.
5. A cada período de referência do contrato será efetuada a avaliação dos serviços prestados, com aplicação do IMR. Tendo a Contratada prestado todos os serviços dentro dos níveis mínimos de qualidade esperados, não haverá qualquer tipo de glosa na fatura a ser paga.
6. As partes declaram estar cientes das condições propostas neste Instrumento de Medição de Resultados e estabelecem, desde já, que os ajustes de valores e as penalidades aplicadas à Contratada por descumprimento dos parâmetros de qualidade indicados neste Instrumento serão descontadas no ato do pagamento da respectiva fatura, podendo ainda ser descontados da garantia oferecida ou cobrados judicialmente.
7. Caso a contratada tenha pontuação apurada igual ou superior a 15 (quinze) pontos, dentro de um período de 12 (doze) meses, o Coren-SP poderá dar início a procedimento de rescisão de contrato, por inexecução contratual, sem prejuízo da aplicação de demais sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório.
8. O indicador será avaliado por meio dos documentos que compõem os relatórios técnicos que comprovam a execução das rotinas, acompanhados do checklist do PMOC (manutenções preventivas) ou das respectivas Ordens de Serviços (manutenções corretivas, (des)instalações e remanejamento de equipamentos) atendidas no período de referência, bem como pelas demais rotinas de acompanhamento do Fiscal de Contrato, incluindo notificações à Contratada por meio eletrônico nos casos em que for constatado qualquer tipo de inconformidade.
9. A avaliação da execução dos serviços será realizada na forma e de acordo com os critérios de aferição estabelecidos neste instrumento, dentro dos prazos definidos no *Anexo I – Termo de Referência*.
10. Caso a Contratada identifique a impossibilidade de execução das rotinas, e/ou dos chamados de manutenção corretiva por quaisquer motivos, deverá, tão logo possível, reportar o fato ao fiscal de



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

contrato, que avaliará as justificativas antes da apuração das ocorrências do período de referência.

11. Serão considerados na apuração do IMR apenas as ocorrências em que a Contratante der causa, sendo que, na hipótese de fato que permita a classificação da ocorrência em mais de um grau de severidade ou ocorrências que permitam a soma de mais de um fator, considerar-se-á a ocorrência do nível de severidade mais grave (maior pontuação).

TABELA 1 – NÍVEIS DE OCORRÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DO IMR

OCORRÊNCIAS	VALOR DA INFRAÇÃO
<p>NÍVEL 01: Ocorrências classificáveis como de <u>baixa criticidade</u>, que não caracterizam interrupção operacional, mas que comprometem a conclusão satisfatória dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">a) sucessão de ao menos dois atrasos imotivados dentro de um único período avaliativo;b) serviços executados de forma relapsa, negligente ou desorganizada com impactos visuais não permanentes (por exemplo, não limpar o espaço após prestação dos serviços);c) comparecimento de empregado sem uniforme ou crachá de identificação;	1 ponto por ocorrência
<p>NÍVEL 02: Ocorrências classificáveis como de <u>média criticidade</u>, que podem ocasionar alguma interrupção na manutenção da operacionalidade ou desconforto pela temperatura ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none">a) descumprimento imotivado de obrigações relativas aos serviços não emergenciais;b) serviços executados de forma relapsa, negligente ou desorganizada com impactos visuais permanentes sem necessidade de ressarcimento pela Contratada (por exemplo, manchas de solda após substituição de componentes eletrônicos);c) ausência de material de consumo com fornecimento previsto pela contratada no ato da manutenção (cf. cláusula 4.1 do Anexo II), ocasionando atraso no cronograma;d) paralisação total ou parcial de equipamentos sem justificativa ou autorização prévia em situações não emergenciais;e) perda da aclimação aceitável nos ambientes de permanência e realização de trabalhos por parte dos funcionários da Contratante;	2 pontos por ocorrência
<p>NÍVEL 03: Ocorrências classificáveis como de <u>alta criticidade</u>, que ocasionam interrupções na manutenção da operacionalidade, desconforto generalizado pela temperatura ambiente ou risco de comprometimento das atividades essenciais e do patrimônio da Instituição:</p> <ul style="list-style-type: none">a) descumprimento imotivado de obrigações relativas aos serviços emergenciais;b) serviços executados de forma relapsa, negligente ou desorganizada com impactos visuais permanentes a serem ressarcidos pela Contratada (por exemplo, causar uma rachadura no visor do termostato);c) empregados realizando trabalhos sem EPI de uso obrigatório;d) paralisação total do sistema de Ar Condicionado VRF, sem apresentação das devidas justificativas nos prazos acordados.e) perda da aclimação aceitável nos ambientes de permanência e realização de atividades educativas abertas ao público da Contratante;f) perda da aclimação aceitável nos ambientes de permanência de equipamentos eletrônicos e materiais de apoio às atividades educativas da Contratante;g) Dano provocado ao patrimônio do Coren-SP ou a terceiros (além de ressarcimento do	3 pontos por ocorrência



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

OCORRÊNCIAS	VALOR DA INFRAÇÃO
bem e demais sanções cabíveis);	

12. FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO

12.1. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no mês de referência para pagamento, conforme tabela 2 abaixo.

12.2. Os eventuais ajustes e glosas ocorrerão sobre o **valor total da fatura** do mês de referência da prestação dos serviços.

TABELA 2 – FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTOS

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
03 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura
04 pontos	Desconto de 4% sobre o valor total da fatura
05 pontos	Desconto de 6% sobre o valor total da fatura
06 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura
07 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura
08 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura
09 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura
A partir de 10 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura e sanção administrativa

12.3. Terminado o mês da prestação dos serviços, após o recebimento do relatório mensal, a fiscalização informará a Contratada da aplicação do IMR, com as respectivas ocorrência e pontuações, bem como informando o valor da Nota Fiscal a ser emitida, após eventual ajuste conforme o quadro de pontos da tabela acima, por meio da apresentação do seguinte relatório de ocorrências:

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS	
EMPRESA CONTRATADA: _____	
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: _____/____	
Descrição	Pontuação
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente. Data: ____/____/____ Breve descrição: _____ _____ Data da notificação (quando cabível): ____/____/____	
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente.	



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Data: ____/____/____ Breve descrição: _____ _____	
Data da notificação (quando cabível): ____/____/____	
TOTAL DE PONTOS NO MÊS EM REFERÊNCIA:	
<div style="text-align: center;">_____ Assinatura do Fiscal de Contrato Data: ____/____/____</div>	





FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA****PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020 Processo Administrativo nº 2264/2019****Razão Social e CNPJ:** _____**Endereço:** _____**Telefone Fixo:** _____ **Telefone Celular:** _____**Email:** _____

Validade da Proposta: _____ (mínimo de 60 dias, contados da data de sua emissão, podendo ser maior caso a Licitante assim ofereça).

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de Sistema de Climatização e Ventilação VRF (*Variable Refrigerant Flow*), de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e outros serviços relacionados à manutenção de aparelhos de refrigeração instalados no edifício do Coren-SP Educação, com fornecimento de peças e mão de obra.

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0071H, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,2Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	9	108			
2	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP00914, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,8Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12			
3	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0091H, tipo: HIWALL, capacidade nominal de 2,8Kw -	3492	Serviço	14	168			



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
	Periodicidade Mensal							
4	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0091H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,8Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12			
5	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMK AP0181H, tipo: Hiwall, capacidade nominal de 5,6Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12			
6	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0121H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,6Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	3	36			
7	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0121MH, tipo: Cassete, capacidade nominal de 3,6Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	6	72			
8	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0241H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 7,1Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	9	108			



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
9	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0301H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 9Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	2	24			
10	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0481H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 14Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	8	96			
11	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Evaporadora Tipo VRF, Marca: Toshiba, modelo: MMU AP0561H, tipo: Cassete, capacidade nominal de 16Kw - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12			
12	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Condensadora - 2, Marca: Toshiba, modelo: MMY 1001HT7 - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	3	36			
13	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva para Unidade Condensadora - 1, Marca: Toshiba, modelo: MMY 1201HT7 - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	4	48			
14	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de aparelho de Ar Condicionado Split 18000 BTUs (evaporadora e condensadora) Marca: Carrier, modelo: 38KCA018515MC - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12			



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE APARELHOS	QTDE TOTAL DE SERVIÇOS/ANO	VALOR ESTIMADO POR SERVIÇO	VALOR ESTIMADO POR PERÍODO	VALOR ANUAL ESTIMADO
15	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de aparelho de Ar Condicionado Split 24000 BTUs , Marca: Carrier, modelo: 42LUCA0022515LC, tipo: Hiwall, capacidade nominal de 24000kw e Unidade Condensadora Split 22000, Marca: Carrier, modelo: 38KCA022515MC - Periodicidade Mensal	3492	Serviço	1	12			
16	Manutenção caixa de ventilação de ar externo - Periodicidade Trimestral	3492	Serviço	8	32			
17	Instalação de aparelho de ar condicionado, tipo Split/VRF (qualquer quantidade de BTUs) com fornecimento de peças e mão de obra - Serviço sob demanda	2020	Serviço	3	3			
18	Desinstalação de aparelho de ar condicionado, tipo split/VRF, independentemente da quantidade de BTU's, com fornecimento de todos materiais e mão de obra - Serviço sob demanda	2020	Serviço	3	3			
19	Fornecimento de peças, partes, suprimentos e outros custos - Sob demanda - Reserva de 20% do total anual dos itens 1 a 18	3492	-					
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO: R\$								

Local e Data

Nome completo e Assinatura do Representante Legal



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**ANEXO VI – ATESTADO DE VISTORIA****PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020 Processo Administrativo nº 2264/2019**

ATESTAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/20____, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com endereço (endereço completo da Sede ou Filial, conforme participação na licitação), neste ato representada pelo(a) Sr(a). (nome do responsável pela realização da vistoria), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, vistoriou, nesta data, o local e tomou conhecimento *in loco* das instalações e condições para a perfeita precificação do objeto do Processo Licitatório em referência.

São Paulo, ____ de _____ de 20____.

Representante do Coren-SP:

carimbo e assinatura

Representante da empresa:

assinatura



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Pregão Eletrônico 10/2020 - Processo Administrativo nº 2264/2019

DECLARO para fins de participação no Pregão Eletrônico nº []/20[], que a empresa [], com inscrição no CNPJ/MF sob o nº [], com endereço (informar endereço completo da Sede ou Filial, conforme participação na licitação), neste ato representada por (representante legal da empresa), portador(a) do RG nº [] e do CPF nº [], tem conhecimento de todas as informações a respeito do local e das condições de prestação dos serviços que são objetos desta licitação, e que não poderá alegar desconhecimento de qualquer detalhe ou particularidade.

Do mesmo modo, está ciente de que não serão aceitas em hipótese alguma a alteração, inclusão, renegociação ou reajuste dos preços ofertados na Licitação baseados em alegações de desconhecimento do local/serviço.

Local e Data

Nome completo e Assinatura do Representante Legal



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**ANEXO VIII – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****Pregão Eletrônico 10/2020 - Processo Administrativo nº 2264/20**

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, denominado Coren-SP, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo-SP – CEP 01331-000, neste ato representado por seu Presidente em Exercício, Cláudio Luiz da Silveira.

CONTRATADA – [Razão Social], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____/____-__, com sede à [endereço completo com complementos] - [Bairro] - [Cidade/Estado] - CEP _____ - telefone(s) (____) _____ - e-mail(s) _____, neste ato representada por seu [papel na empresa], [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do RG nº _____ SSP/____ e inscrito no CPF sob nº _____/____-__.

Resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de Sistema de Climatização e Ventilação VRF (Variable Refrigerant Flow), de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e outros serviços relacionados à manutenção de aparelhos de refrigeração instalados no edifício do Coren-SP Educação, com fornecimento de peças e mão de obra, a serem prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à proposta de preços nº _____, data de _____, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição do Serviço	Local de Execução	Qtde. (meses)	Valor Mensal/ unitário	Valor Anual/Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total anual de R\$ _____ (_____).

2.2. O serviço decorrente desta contratação será executado sob o regime de execução indireta por preço global.

2.3. No preço ajustado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

2.4. O valor acima é estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Coren-SP para o exercício 20____, no Elemento de Despesa nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.017 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

3.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente Termo de Contrato é de 12(doze) meses, conforme fixado no Termo de Referência, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante autorização formal da autoridade competente, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993 e observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando que:

4.1.1. a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

4.1.2. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.1.3. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

5. CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Os preços permanecerão fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas.

5.2. Dentro do prazo de vigência e, por solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. Caso o índice utilizado para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.4.1. Neste caso, não havendo a divulgação do índice de reajustamento pela CONTRATANTE, será pago à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços no valor remanescente, sempre que este ocorrer.

5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo.

5.6. O reajuste será realizado mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme disposto no Termo de Referência, item 18.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos, horários, locais e formas de prestação dos serviços e do recebimento do objeto são os constantes no Anexo I – Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e obrigatórios para o início da execução dos serviços, bem como os de apresentação mensal relativos à execução do contrato estão relacionados na cláusula 13 do Anexo I – Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme disposto na cláusula 16 do Anexo I – Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como pelo Anexo X da IN SEGES/MP nº 05/2017.

10.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As supressões que excederem o limite de 25% (vinte e cinco por cento), somente serão admitidas por meio de acordo entre as partes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da execução do objeto será realizada por representante formalmente designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Anexo I – Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A CONTRATANTE deverá cumprir com as obrigações descritas na cláusula 9 do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 13.1.** Caberá à CONTRATADA cumprir as obrigações elencadas na cláusula 10 do Termo de Referência;
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**
- 14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 9.2.** As sanções ocorrerão conforme disposto na cláusula 19 do Anexo I – Termo de Referência.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO**
- 16.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 16.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento e no Termo de Referência;
- 16.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.
- 16.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1.** A CONTRATANTE, por sua vez, reconhece as hipóteses em que a CONTRATADA não concorrer para a rescisão e que fizer jus ao disposto no §2º e seus incisos I a III, do art. 79, do referido diploma legal.
- 16.4.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 16.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 16.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 16.4.3.** Indenizações e multas.
- 16.5.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 16.6.** O contrato poderá ser rescindido, ainda, quando se constatar a ocorrência das situações vedadas no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018.
- 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÕES**
- 17.1.** É vedado à CONTRATADA:
- 17.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 17.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. As partes elegem de comum acordo, o foro da Justiça Federal de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, _____ de _____ de 202____.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Presidente

CONTRATADA